

PERM

**PARQUE EMPRESARIAL DE RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS
DAS TERRAS DE SANTA MARIA, EIM.**

NIF / Matricula 509 042 201

RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2020

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração do PERM - Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria, EIM, adiante PERM, EIM, submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão, relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2020 descrevendo os factos mais relevantes ocorridos.

I - INTRODUÇÃO

O PERM, EIM, número único de matrícula e pessoa colectiva 509 042 201, registado na Conservatória do Registo Predial/Comercial de São João da Madeira, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com o capital estatutário de 50.000,00 euros, integralmente realizado, iniciou a sua actividade no final do 1º semestre de 2009, conforme deliberação da Associação de Municípios de Terras de Santa Maria (AMTSM).

A sua missão incide na criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial, incluindo a conceção, construção, comercialização, gestão e exploração do parque empresarial para a recuperação de materiais (PERM) das Terras de Santa Maria; a elaboração de todos os estudos e projectos necessários à concepção, construção gestão e exploração do PERM; o desenvolvimento conjunto de acções que visem a promoção do mesmo, designadamente junto de todos os eventuais interessados em ali sediar a sua empresa; acessoriamente, a sociedade poderá desenvolver actividades e operações relacionadas directa ou indirectamente, no todo ou em parte, com o objecto principal, e adquirir, alienar, onerar, locar ou construir quaisquer outros direitos reais sobre imóveis necessários à prossecução do seu objecto social.

Pág. 1 de 11

II - PROJECTO

O Projeto consistia, originariamente, na criação de um parque industrial destinado à ocupação por operadores de Veículos em Fim de Vida, e outras actividades de reciclagem e recuperação de materiais, que permitirá congregar no mesmo espaço as actividades dos referidos operadores, proporcionando melhores condições de trabalho e de protecção ambiental. O projeto previa albergar operadores de VFV que realizem uma ou mais das seguintes operações, conforme os materiais em causa: descontaminação, armazenamento provisório, triagem, separação, desmantelamento, entre outras. Acresce ainda o facto de que com a atracção dos operadores de VFV para o Projecto, eliminar-se-iam, em teoria, dezenas de focos de potencial poluição espalhados um pouco por toda a área de influência da AMTSM.

Contudo, face à conjuntura desfavorável que se atravessa é expectável que as actividades de reutilização/valorização de VFV sofram uma forte diminuição. Deste modo, por precaução, providenciou-se a permissão de instalação de outras unidades nos espaços que eventualmente fiquem livres. Para isso, foi instruído um processo de alargamento de âmbito que foi submetido a parecer da CCDRN tendo merecido concordância do Sr. Secretário de Estado do Ambiente e do Ordenamento do Território, através do ofício nº 2123 de 03-05-2012.

III - EMPREITADA

No final de novembro de 2012, com a necessária documentação legal, deu-se início à obra com alguns movimentos de terras e implantação de estaleiro.

De acordo com o programa de trabalhos apresentado pelo consórcio, foram realizados os seguintes trabalhos:

- Movimentos de terras e arruamentos;
- Execução de redes de abastecimento de água;
- Execução de redes de águas residuais e pluviais;

Pág. 2 de 11

- Execução de infra-estruturas de gás e telecomunicações;
- Execução de redes de iluminação pública;
- Pavimentação;
- Obras acessórias e arranjos exteriores.

Os trabalhos realizados foram acompanhados mensalmente por entidade fiscalizadora externa, Pórtico-Gabinete de Engenharia, Lda., através de um contrato celebrado de "Fiscalização da empreitada, coordenação de segurança e monitorização ambiental nos termos da DIA do PERM – Parque Empresarial de Recuperação de Materiais das Terras de Santa Maria". Posteriormente, em janeiro de 2015 foi necessário celebrar novo contrato para a prestação de serviços de contrato de "Fiscalização e coordenação de segurança das empreitadas de valorização do PERM - parque empresarial de recuperação de materiais das terras de santa maria", no valor de 13.549,80 €.

A empreitada foi concluída em 30 de setembro de 2015, tendo sido elaborado o Auto de Receção Provisória a 16 de novembro, condicionada à correção de algumas deficiências entretanto identificadas.

Conforme se pode verificar na Conta Final da Empreitada o valor total dos trabalhos realizados foi de 11.385.435,79 €, verificados através de 28 Autos. Verifica-se, pois, ter havido dois contratos adicionais.

Os custos de construção da obra incluem o montante de 611.386,83 € relativo à revisão de preços da empreitada.

Entretanto, ainda no capítulo da construção e no seguimento de concurso público, foi adjudicada a empreitada de execução do Centro de Acolhimento do PERM (CAPERM) tendo ocorrido o respetivo Auto de Consignação no dia 20 de janeiro de 2015, com um prazo de execução de seis meses. A obra encontra-se praticamente concluída tendo sido elaborado o Auto de Receção Provisória a 12 de fevereiro de 2016, com um custo total de 579.607,98 €,

acrescido de IVA. Ainda se está a aguardar a licença de utilização, pelo que manteve a obra em curso nas demonstrações financeiras.

Trata-se de um edifício que pretende ser um espaço multifuncional e flexível, que atuará como ponto de receção e de centro operacional e logístico do próprio Parque. O CAPERM apostará, assim, nas áreas de serviços, acolhimento empresarial de negócios e investigação e produção de conhecimento e apresentação de áreas de negócio. Estas valências, para além de partilharem o espaço físico da infra-estrutura, atuarão de forma integrada, promovendo serviços e uma estratégia comum.

O CAPERM permitirá estabelecer a relação entre o Parque e as empresas que ali se instalarão, pretendendo criar condições de encontro com o mercado e acompanhar as ligações da área de recuperação de materiais e outras áreas que se venham a instalar no Parque com outros sectores estratégicos da economia regional, nomeadamente no âmbito da indústria local, artesanato, novas tecnologias, aproveitamento energético, etc.

Também em 2015, constatou-se que, por diversos motivos que seguidamente se explicarão de forma resumida, tornaram-se absolutamente necessárias e indispensáveis à concretização e implementação do projeto realizar algumas componentes sem as quais não seria possível retirar do projeto todas as suas funcionalidades. Assim, identificam-se as seguintes obras:

- 1- Conduta adutora** - Dado que foi necessário garantir um caudal suficiente para o abastecimento do parque empresarial, foi planeada a execução de uma conduta com origem no reservatório R51 e em virtude da reabilitação da EN1 ter avançado previamente à construção do PERM, e sendo a ligação ao reservatório municipal a única viabilidade para o abastecimento de água ao PERM, foi necessário negociar as condições do projeto alternativo, com a empresa Estradas de Portugal, situação que ficou aprovada.
- 2- Obras de segurança** - Constatando-se um aumento significativo de furtos de materiais metálicos nos últimos anos, com especial destaque para o último ano, foi necessário criar condições suplementares de segurança ao PERM, designadamente com a



instalação de uma rede de vedação exterior e um sistema de vigilância. Por outro lado, foi necessário efetuar o reforço da segurança rodoviária, em alguns locais (com acentuado declive), colocando rails de proteção para melhoria das condições de segurança da circulação automóvel.

3- Ramal de ligação de média tensão - Dado o tempo decorrido entre a elaboração do projeto e a realização da obra, foram alteradas as condições de fornecimento de energia ao parque industrial. Juntamente com a EDP, foi definido um traçado alternativo e condições de execução de um ramal de média tensão, o qual dará resposta às necessidades dos futuros utentes do PERM.

Nesse sentido, procedeu-se à realização de um Concurso Público para realizar estes trabalhos que culminou num contrato no valor de 367.961,42 € + IVA. Estas obras foram concluídas em setembro de 2015.

Ainda em 2015, durante a fase de preparação da implantação dos postos de transformação, foi solicitado ao empreiteiro a execução de ensaios para obtenção dos níveis de resistência elétrica no solo de fundação, face à necessidade de instalação de proteções elétricas adequadas, para equipamentos elétricos.

Para a resolução deste problema, procedeu-se à execução de trabalhos adicionais, imprevisíveis e absolutamente necessários para o funcionamento da obra.

Entretanto, no âmbito do Aviso de Abertura de Concurso para Apresentação de Candidaturas em regime de overbooking (SAAAEL/1/2014-EPI), contemplando operações enquadráveis no Objetivo Específico "Promoção e desenvolvimento da rede de parques de ciência e tecnologia e de operações integradas de ordenamento e de acolhimento empresarial", foi apresentada uma candidatura contemplando um conjunto de infraestruturas necessárias à implementação e valorização do PERM, tendo a referida candidatura sido aprovada.

Foi necessário proceder à execução da empreitada "Execução da alteração do PT 0175/SMF em PTS", por imposição da EDP e como condição absolutamente necessária para o abastecimento de energia ao PERM. O valor destes trabalhos ascendeu a 16.715,00 €. No decorrer do ano 2016, realizou-se um conjunto significativo de escrituras relativas a contratos de promessa compra e venda celebrados, bem como escrituras de venda direta.

IV - TERRENOS

O PERM encontra-se implantado numa área constituída por 20 parcelas, com uma área total de 432.386 m2. O processo de aquisição dos terrenos encontra-se concluído.

As parcelas apresentam as seguintes áreas:

Parcela	1	7.948 m2
Parcela	2	14.679 m2
Parcela	3	10.220 m2
Parcela	4	21.898 m2
Parcela	5	91.832 m2
Parcela	6	15.749 m2
Parcela	7	49.805 m2
Parcela	8	61.704 m2
Parcela	9	59.991 m2
Parcela	10	2.735 m2
Parcela	11	1.074 m2
Parcela	12	40.672 m2
Parcela	13	5.956 m2
Parcela	14	9.887 m2
Parcela	15	1.713 m2
Parcela	16	7.989 m2
Parcela	17	4.031 m2
Parcela	18	4.542 m2
Parcela	19	8.571 m2
Parcela	20	11.390 m2

As parcelas 2, 3 e 4 foram compradas directamente aos seus proprietários. As restantes foram sujeitas a um processo de expropriação. Ao nível das Demonstrações Financeiras, estas incluem a totalidade das parcelas de terrenos, uma vez que a titularidade já se encontra em nome da PERM.

Após um processo intentado em tribunal por um terceiro que alegou ser proprietário de outra parcela de terreno (número 12) que foi sujeita ao processo de expropriação e pagamento do valor devido a outros terceiros que foram identificados como proprietários nesse processo, foi pago ao tribunal o valor de 93.500 €. Contudo a PERM tem direito de regresso sobre o valor pago no processo de expropriação, motivo pelo qual o valor pago encontra-se apresentado como um ativo a receber por parte da entidade (Outros Créditos a Receber). É convicção da Administração e do advogado que acompanha o processo de que a probabilidade de a entidade vir a ser ressarcida do valor pago em excesso pelos restantes proprietários é diminuta o que levou ao registo de uma imparidade sobre a totalidade do valor, no corrente exercício.

V - FINANCIAMENTO

O financiamento da construção do PERM teve 3 vertentes:

- Candidatura QREN – ON2;
- QREN Empréstimo Quadro
- Suprimentos

A empresa PERM, EIM obteve duas candidaturas ao QREN – ON2:

- A primeira, cujo contrato de financiamento foi firmado em 3 de agosto de 2012 ascendendo o valor de financiamento a um valor FEDER de 8.000.000,00 €, a que corresponde uma taxa de financiamento de 62%. Nesta candidatura, estão incluídas rubricas como a aquisição de terrenos, a construção, estudos técnicos, honorários e trabalhos especializados.
- A segunda, em regime de overbooking, contemplando um conjunto de infraestruturas necessárias à implementação e valorização do PERM, com o valor elegível de 984.168,31 € e um valor FEDER de 657.730,19 €, a que corresponde uma taxa de financiamento de 66,92%.

Em novembro de 2016, e após a aprovação dos relatórios finais, as operações foram encerradas sendo a PERM reembolsada dos montantes cativos por garantia.

Quanto ao Empréstimo Quadro, foi celebrado um contrato de financiamento reembolsável global, no valor de 3.483.267 €.

O financiamento conta com um período de carência de 3 anos e com reembolsos semestrais, sendo que no decorrer de 2020 foram realizadas amortizações no montante de 450.795 euros, liquidando assim a sua totalidade.

As restantes necessidades de financiamento da PERM foram asseguradas pelo parceiro privado através da realização de suprimentos, conforme contrato celebrado. Foi Deliberado em Conselho de Administração o pagamento de uma taxa de juro de 4,81% em 2020 (taxa média utilizada nos últimos exercícios) para os suprimentos. No entanto, mantêm-se a deliberação constante em reuniões anteriores, de que não haverá lugar ao pagamento de suprimentos e juros se a empresa não libertar meios financeiros que permitam esse pagamento.

VI – ATIVIDADE EM 2020

Em 2020 a entidade manteve, a cobrança de gestão de áreas comuns aos proprietários dos lotes alienados, o que gerou um rendimento no valor de 111.600 €.

Foram alienados 22.000 M2 de Lotes de Terrenos, justificando vendas no valor global de 858.000 € e de imputação de subsídio a rendimentos no valor de 751.055 €.

Em 2020, continuou-se a fornecer o serviço de Vigilância das Áreas Comuns do Parque, o que conduziu a um gasto no valor de 47.736 €, justificando o incremento da rubrica de fornecimento e serviços externos.

VII - FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

VIII - EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ACTIVIDADE

As receitas próprias geradas pela PERM para o ano de 2021 rondarão os 1.856.800 € que resultarão da celebração de escrituras de venda dos lotes remanescentes. É expectável a venda da totalidade dos lotes em 2021. Para 2021 e seguintes, foram consideradas receitas no valor de 157.800 €, referentes à gestão do condomínio.

IX - ADMINISTRAÇÃO FISCAL E SEGURANÇA SOCIAL

A PERM, EIM não tem em mora dívidas fiscais ou parafiscais à data.

X - PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

É proposto pelo Conselho de Administração que o Resultado Líquido do Exercício de 2020 no valor de 30.832,17 € tenha a seguinte aplicação:

Reservas Legais:	1.832,17 €
Reservas Livres:	29.000,00 €

XI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contexto de pandemia vivido a nível mundial teve impactos generalizados no tecido empresarial. Contudo, ao longo de 2020, a PERM manteve a sua atividade de promoção de venda dos lotes e não foram sentidos impactos significativos pela pandemia.

Estamos convictos que o desenvolvimento das nossas atividades e o cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades com as quais a PERM se relaciona não estarão em causa.

XII - OUTRAS INFORMAÇÕES

Dando cumprimento às disposições legais em vigor o Conselho de Administração declara que:

- a) Não foram concedidas, nem solicitadas, autorizações para negócios entre a empresa e os seus Administradores, nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais (CSC);
- b) Após o termo do exercício e até à presente data, os factos relevantes ocorridos estão relatados no ponto VII;
- c) A Empresa não possui sucursais;
- d) Quanto aos objectivos e políticas da empresa em matéria de gestão dos riscos financeiros, não existe nada de relevante a referir, para além do mencionado anteriormente no capítulo de Financiamento.

e) Conforme o Artigo 289º do CSC:

Mesa da Assembleia Geral:

Ana M ^a . de Jesus da Silva	Nif: 190066300	Presidente
Irene M ^a . Silva Guimarães	Nif: 172189004	Vice-Presidente
António José B. Magalhães	Nif: 208981775	Secretário

Conselho de Administração:

Emídio Ferreira dos Santos Sousa	Nif: 158997050	Presidente
Margarida M ^a . S. C. Belém	Nif: 110753003	Vogal
Gaspar Barbosa Borges	Nif: 162071922	Vogal

Os membros supramencionados não auferem quaisquer remunerações.

Fiscal Único Efectivo:

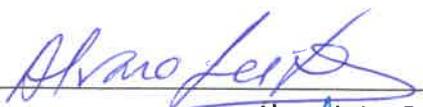
Esteves, Pinho & Associados, SROC, Lda., representada por Rui Manuel Pinho, ROC, "an Independent member of BKR International"

Indicação de outras sociedades em que os membros dos órgãos sociais exerçam cargos sociais:

Emídio Ferreira dos Santos Sousa	Câmara Municipal S. M. Feira	Presidente
Margarida M ^a . S. C. Belém	Câmara Municipal Arouca	Presidente
Ana M ^a . de Jesus da Silva	Câmara Municipal O. Azeméis	Vereadora
Irene M ^a . Silva Guimarães	Câmara Municipal S. J. Madeira	Vereadora

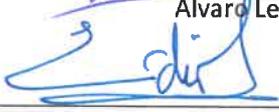
S. João da Madeira, 20 de maio de 2021,

O Contabilista Certificado



Alvaro Leite, Dr.

O Conselho de Administração



Emídio Sousa, Dr.



Gaspar Borges, Sr.



Margarida Belém, Dr^a.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Dezembro de 2020

NIF 509 042 201

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2020	2019
Vendas e Serviços Prestados	13	969 600 €	441 300 €
Subsídios à Exploração		- €	- €
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos			
Variação nos inventários da produção	9	- €	- €
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	1 430 609 € -	650 277 €
Fornecimentos e serviços externos	11	70 027 € -	52 263 €
Gastos com o pessoal			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	5	93 500 €	- €
Provisões (aumentos/reduções)			
Imparidade de activos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos	12	751 055 €	341 389 €
Outros gastos	12	2 925 € -	1 723 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		123 594 €	78 425 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	9	- € -	245 €
Imparidade de activos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		123 594 €	78 180 €
Juros e rendimentos similares obtidos		- €	- €
Juros e gastos similares suportados	7	85 126 € -	71 587 €
Resultado antes de impostos		38 468 €	6 593 €
Imposto sobre o rendimento do período	6	7 636 € -	1 216 €
Resultado líquido do período	16	30 832 €	5 377 €

O Contabilista Certificado


Alvaro Verde, Dr.

O Conselho de Administração


Emídio Sousa, Dr.


Margarida Belém, Dr.ª


Gaspar Borges, Sr.

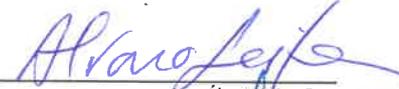
BALANÇO

Dezembro de 2020

NIF 509042201

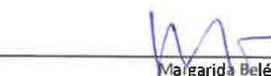
RÚBRICAS	Notas	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	1 306 666 €	1 306 666 €
Ativos Intangíveis	9	- €	- €
		1 306 666 €	1 306 666 €
Ativo corrente			
Inventários	8	2 210 941 €	3 641 550 €
Clientes	5	119 864 €	40 406 €
Estado e outros entes públicos	6	518 687 €	733 565 €
Outras Créditos a receber	5	1 022 €	86 757 €
Caixa e depósitos bancários	4	714 490 €	348 633 €
		3 565 003 €	4 850 909 €
TOTAL DO ATIVO		4 871 669 €	6 157 575 €
RÚBRICAS	Notas	2020	2019
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Realizado	10.1	50 000 €	50 000 €
Reservas Legais	10.2	7 328 €	7 059 €
Outras reservas	10.2	116 317 €	111 209 €
Outras Variações no capital próprio	10.3	1 798 200 €	2 549 255 €
		1 971 845 €	2 717 523 €
Resultado líquido do período		30 832 €	5 377 €
Total do capital próprio	10	2 002 677 €	2 722 899 €
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores	5	0 €	1 230 €
Adiantamentos de clientes	5	230 700 €	417 500 €
Estado e outros entes públicos	6	5 140 €	1 279 €
Financiamentos obtidos	7	1 608 871 €	2 059 666 €
Outras Dívidas a Pagar	5	1 024 281 €	955 001 €
		2 868 992 €	3 434 676 €
Total do Passivo		2 868 992 €	3 434 676 €
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		4 871 669 €	6 157 575 €

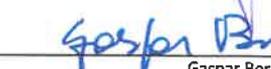
O Contabilista Certificado


Álvaro Leite, Dr.

O Conselho de Administração


Emílio Sousa, Dr.


Margarida Belém, Dr.ª


Gaspar Borges, Sr.



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

Despesa 3020
 509042201
 NIF

DESCRÇÃO	Netas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
1	POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	50.000	7.059	111.209	-	2.549.255	5.377	2.722.899	2.722.899	
	ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
	Primeira adopção de novo referencial contabilístico									
	Alterações de políticas contabilísticas									
	Diferenças de conversão de demonstrações financeiras									
	Realização do excedente de demonstração de activos fixos tangíveis e Intangíveis									
	Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e Intangíveis e respectivas variações									
	Ajustamentos por impostos diferidos									
	Outras alterações reconhecidas no capital próprio		269	5.108		751.055	5.377	751.055	751.055	
	Aplicação do Resultado Líquido									
2	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		269	5.108		751.055	5.377	751.055	751.055	
3	RESULTADO INTEGRAL						30.832	30.832	30.832	
4=2+3	OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						25.455	25.455	25.455	
	Entradas para Cobertura de Perdas									
5	POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	50.000	7.328	116.317		1.798.200	30.832	2.002.677	2.002.677	
6=1+2+3+5										

O Contabilista Certificado
 O Conselho de Administração

Alvaro
 Associação, Dr.

Emílio Sousa, Dr.
 Gaspar B. Gomes, Sr.

Margarida Belém, Dra.



DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

31 de Dezembro 2019
 NIPC 509 042 201
 NIF 509042201

DESCRICÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total	Interesses minoritários	Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Ajustamentos em activos financeiros	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período			
1 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019 ALTERAÇÕES NO PERÍODO Primeira adopção de novo referencial contabilístico Alterações de políticas contabilísticas Diferenças de conversão de demonstrações financeiras Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações Ajustamentos por impostos diferidos Outras alterações reconhecidas no capital próprio Aplicação do Resultado Líquido		50 000	7 017	110 429	-	2 890 643	823	3 058 911	3 658 824	
2 RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-	43	780	-	341 389	823	341 389	341 389	
3 RESULTADO INTEGRAL		-	-	-	-	-	5 377	5 377	5 377	
4-2+3 OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		-	-	-	-	-	4 554	336 012	336 012	
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		50 000	7 059	111 209	-	2 549 255	5 377	2 722 899	2 722 899	
6-1-2+3+5		-	-	-	-	-	-	-	-	

Alma Lobo
 Alma Lobo, D.
 Contabilista Certificada

Gaspar Borges
 Gaspar Borges, D.
 O Conselho de Administração

Margarida Belém
 Margarida Belém, D.
 O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Dezembro de 2020

NIF 509042201

RUBRICAS	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		729 010 €	830 194 €
Pagamentos a fornecedores		-90 155 €	-140 256 €
	Caixa gerada pelas operações	638 855 €	689 938 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-3 716 €	1 806 €
Outros recebimentos/pagamentos		195 797 €	63 249 €
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	830 936 €	754 993 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	0 €	0 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-450 795 €	-604 615 €
Juros e gastos similares		-14 284 €	-29 291 €
	Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	-465 079 €	-633 905 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		365 857 €	121 088 €
Efeito das diferenças de câmbio		0 €	0 €
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	348 633 €	227 545 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		714 490 €	348 633 €

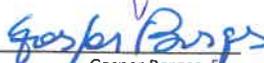
O Contabilista Certificado


Álvaro Leite, Dr.

O Conselho de Administração


Emídio Sousa, Dr.


Margarida Belém, Dr^a.


Gaspar Borges, Sr.

1. Nota Introdutória (Identificação da Entidade)

O PERM – Parque Empresarial das Terras de Santa Maria, EIM é uma entidade empresarial de natureza intermunicipal, com sede na Rua de Milheirós de Poiares, Edifício Villa Balbina, São João da Madeira, com um capital estatutário de 50.000,00 euros, constituída a 25 de Junho de 2009, tendo por objecto social:

- Criação, gestão e dinamização de áreas de acolhimento empresarial incluindo a conceção, construção, comercialização, gestão e exploração do parque empresarial para a recuperação de materiais das Terras de Santa Maria (PERM);
- Elaboração de todos os estudos e projectos necessários à conceção, construção, gestão e exploração do PERM;
- O desenvolvimento do conjunto de acções que visem a promoção do PERM, designadamente, junto de todos os eventuais interessados em ali sediar a sua empresa;
- Acessoriamente, a sociedade poderá desenvolver atividades e operações relacionadas, direta ou indiretamente, no todo ou em parte, com o objectivo principal, e adquirir, alienar, onerar, locar ou construir quaisquer outros direitos reais sobre imóveis necessários à prossecução do objecto social.



2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

Em 2020 as demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o referencial do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), que integra as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF).

Apesar de PERM ser uma entidade reclassificada que consta da lista publicada pela Direção Geral da Administração e do Emprego Público, as demonstrações financeiras de 2020 foram preparadas de acordo com o referencial SNC que integra as NCRF's em detrimento da aplicação do referencial SNC-AP, aproveitando a dispensa do n.º 2 do artigo 350 da Lei n.º 75-B/2020 que aprovou o orçamento do estado para 2021, e que permitiu que a prestação de contas relativa a 2020, pudesse ser efetuada no mesmo regime contabilístico prestado relativamente às contas de 2019.

2.2. Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2.3. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.



perm

parque empresarial de recuperação
de materiais das terras de santa maria, eim

2.4. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.5 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os gastos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados na demonstração de resultados quando incorridos.



As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.3. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos activos e de restauração dos respectivos locais de instalação/operação dos mesmos que a Empresa espera incorrer, deduzido de depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como gasto no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efectivação, são incluídos no custo do activo.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens e de acordo com os padrões de consumo dos benefícios económicos dos activos registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados. Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de amortização são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, excepto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos directamente nos capitais próprios. O imposto sobre o rendimento apresentado na demonstração dos resultados é determinado com base no resultado líquido contabilístico, ajustado de acordo com a legislação fiscal.

Reconhece-se, ao nível do balanço e da demonstração dos resultados, a diferença entre os impostos imputáveis ao exercício e aos exercícios anteriores e os impostos já pagos ou a pagar referentes a esses exercícios, desde que seja provável que daí resulte um encargo efectivo ou um proveito recuperável num futuro previsível.

Os impostos diferidos são reconhecidos na globalidade, usando o método do passivo, e calculados sobre diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais (e legais) decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de realização do imposto diferido ativo ou de liquidação do imposto diferido passivo.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efectuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto a sua utilização futura.



Pág. 5 de 23

Em virtude de o objectivo da sociedade ser o de dar lucro nulo e de se centrar em atingir os objectivos associados ao projecto, não foram registados impostos diferidos passivos sobre o valor do subsídio ao investimento recebido à data de 31 de dezembro de 2020.

3.5. Caixa e seus equivalentes

Esta rúbrica inclui Caixa, Depósitos à Ordem em Bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidade máxima até 3 meses. Os descobertos bancários são incluídos na rúbrica "Financiamentos Obtidos".

3.6. Inventários

Os inventários encontram-se registados ao custo de construção o qual é inferior ao valor líquido de realização, uma vez que os mesmos foram subsidiados pelo ON2. Os inventários referem-se a lotes de terrenos pertencentes a um parque empresarial construído pela sociedade.

Durante o período de construção do parque empresarial e no final de cada exercício, os rendimentos directamente relacionados com a obra em curso foram reconhecidos na demonstração de resultados em variação da produção em função da sua percentagem de acabamento, a qual foi determinada pelo rácio entre os gastos incorridos até à data de balanço e os gastos totais estimados da obra.

Durante a construção do parque, os juros do financiamento obtido do parceiro privado foram considerados custos de construção dos lotes, sendo capitalizados na rubrica de Inventários. À data de 31 de dezembro de 2015, a obra ficou concluída, tendo sido esse o último exercício em que os gastos financeiros foram capitalizados.

Os terrenos que foram alvo do processo de expropriação encontram-se registados na sua totalidade em Inventários.

3.7. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

3.8. Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de lotes é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos lotes foram transferidos para o comprador;

- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os lotes vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente de subsídios a investimento é reconhecido no momento da venda dos lotes, de acordo com os objectivos inerentes ao projecto de investimento. No momento em que ocorre a venda de lotes, é determinado o valor do subsídio recebido do QREN-ON2 que comparticipou a construção dos lotes em causa e reconhecido o seu rendimento por forma a compensar o custo da construção dos lotes conjuntamente com o valor de realização das vendas.



Pág. 7 de 23

4. Disponibilidades

4.1. Meios financeiros líquidos constantes do Balanço

Todos os valores registados em Caixa e Depósitos à Ordem encontram-se disponíveis de imediato.

4.2. Desagregação de valores das rubricas Caixa e Depósitos à Ordem

Caixa:

Caixa	2020	2019	%
Caixa - Sede	1 000 €	1 000 €	0%
Saldo Final	1 000 €	1 000 €	0%

Depósitos à Ordem:

Depósitos à Ordem	2020	2019	%
Saldo Inicial	347 633 €	227 055 €	35%
Movimentos a Débito	986 263 €	992 332 €	-1%
Movimentos a Crédito	620 406 €	871 754 €	-41%
Saldo Final	713 490 €	347 633 €	51%

Pág. 8 de 23

5. Contas a Pagar e a Receber

Todos os valores estão registados pelo seu valor nominal, o qual é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

Em 31 Dez 2020 e em 31 Dez 2019 a rubrica “Fornecedores” apresentava a seguinte decomposição:

Fornecedores	2020	2019	%
Forn. C/ Corrente	- 0 €	- 1 230 €	-614900%
Forn. Ret. Garantia	94 523 €	86 757 €	8%
Saldo Final	94 523 €	85 527 €	10%
Perdas por Imparidade	- 93 500 €		
Fornecedores	- 0 €	- 1 230 €	-614900%
Outros Créditos a Receber	1 022 €	86 757 €	-8388%

No corrente exercício foi registada uma perda por imparidade no valor de 93.500 € sobre um saldo devedor em Fornecedores.

Em 31 Dez 2020 e em 31 Dez 2019 a rubrica de “Clientes Conta corrente” apresentava a seguinte decomposição:

Cientes C/C	2020	2019	%
Saldo Inicial	40 406 €	- €	100%
Aumentos	137 514 €	64 329 €	53%
Diminuições	58 056 €	23 924 €	59%
Saldo Final	119 864 €	40 406 €	66%

Em 31 Dez 2020 e em 31 Dez 2019 a rubrica de “Adiantamentos de Clientes” apresentava a seguinte decomposição:

Cientes-Adiantamentos	2020	2019	%
Saldo Inicial	- 417 500 €	- €	-100%
Aumentos	312 000 €	209 600 €	33%
Diminuições	125 200 €	627 100 €	-401%
Saldo Final	- 230 700 €	- 417 500 €	-81%

Nesta conta, os valores registados no montante de 125.200€ prendem-se com os adiantamentos realizados pela celebração de contratos de promessa compra e venda de lotes.

O montante de 312.000€ respeita à regularização dos adiantamentos referentes às escrituras já realizadas.

Em 31 Dez 2020 e em 31 Dez 2019 a rubrica “Outras dividas a pagar” apresentava a seguinte decomposição:

Outras Dividas a Pagar	2020	2019	%
Credores p/ Acr. de Gastos	- 131 433 €	- 62 154 €	53%
Juros Suprimentos	- 892 847 €	- 892 847 €	0%
Saldo Final	- 1 024 281 €	- 955 001 €	7%

Na rubrica “Credores por acréscimos de gastos”, estão registados os valores referentes a gastos de 2020 que só serão pagos em 2021, assim distribuídos:

- Juros de suprimentos	126.615 €
- IMI	2.973 €
- Certif. Legal de Contas	1.845€

Em 31 Dez 2020 e em 31 Dez 2019 a rubrica “Outros Créditos a receber” apresentava a seguinte decomposição:

Outros Créditos a Receber	2020	2019	%
Saldos Devedores Fornecedores	94 523 €	86 757 €	8%
Perdas por Imparidade	- 93 500 €	- €	100%
Saldo Final	1 022 €	86 757 €	-8386%

A rubrica de fornecedores inclui o valor de 1.000 € referente a uma garantia paga às estradas de Portugal a qual será objecto de reembolso.

O restante montante (93.500 €), diz respeito ao pagamento de uma caução ao Tribunal, no âmbito do processo 615/16.5T8VFR associado à expropriação da parcela 12. Neste processo, um terceiro alegou ser proprietário da parcela de terreno n.º 12 que foi sujeita ao processo de expropriação e pagamento do valor devido a outros terceiros que foram identificados como proprietários neste processo.

A convicção da Administração e do advogado que acompanha o processo é de que a probabilidade de a entidade vir a ser ressarcida do valor pago em excesso aos restantes

Estado	2020	2019	%
IRC			
Pagamentos P/Conta	2 500 €	- €	-100%
Imposto Estimado	- 7 636 €	- 1 216 €	84%
IRS			
Retenções na Fonte	- 4 €	- 62 €	0%
IVA			
Iva Dedutível	404 682 €	665 614 €	-64%
Iva Reembolsos Pedidos	114 005 €	67 950 €	40%
Saldo Final	513 546 €	732 286 €	-43%
Saldos Devedores	518 687 €	733 565 €	-41%
Saldos Credores	5 140 €	1 279 €	75%

As Declarações Fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades tributárias durante um período mínimo de 4 anos. Deste modo, as declarações fiscais referentes ao exercício de 2020 e 2019 poderão ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões por parte das autoridades tributárias, não terão efeito significativo nas demonstrações financeiras à data de 31 de dezembro de 2020.

7. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos pela PERM em 2020 são compostos por suprimentos realizados pelos accionistas.

Havendo uma deliberação em Conselho de Administração que não haveria lugar a pagamento de suprimentos e juros, a não ser que a empresa libertasse meios financeiros que o permitissem, foi deliberado pelo CA, remunerar no ano de 2020 os suprimentos a uma taxa de

4,81% ao ano, taxa média utilizada nos últimos exercícios. Assim, mantém-se a deliberação constante em reuniões anteriores, de que não haverá lugar ao pagamento de suprimentos e juros se a empresa não libertar meios financeiros que permitam esse pagamento.

Suprimentos	2020	2019	%
Saldo Inicial	- 1 608 871 €	- 1 828 871 €	-14%
Aumentos	- €	- €	0%
Diminuições	- €	220 000 €	-100%
Saldo Final	- 1 608 871 €	- 1 608 871 €	0%

É intenção da Administração a liquidação da totalidade dos suprimentos no decurso do exercício de 2021.

Agência Des. e Coesão	2020	2019	%
Saldo Inicial	- 450 795 €	- 835 410 €	-85%
Aumentos			0%
Diminuições	450 795 €	384 615 €	15%
Saldo Final	- €	450 795 €	-100%

Variação dos gastos de financiamento:

Gastos Perdas Financiam.	2020	2019	%
Juros Suprimentos	78 462 €	48 797 €	38%
Juros A.D.C.	6 664 €	22 789 €	-242%
Outros Juros			0%
Saldo Final	85 126 €	71 587 €	16%

8. Inventários

Em 31 Dez 2019 e em 31 Dez 2020, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

Mercadorias (Lotes)	2020	2019	%
Lotes Para Venda	2 210 941 €	3 641 550 €	-65%
Saldo Final	2 210 941 €	3 641 550 €	-65%

À data de 31 Dez 2020 encontravam-se em carteira e disponíveis para venda 34.000 M2 de lotes de terreno. A variação verificada face a 2019 reflete as vendas ocorridas no exercício de 2020.

À data deste relatório, apenas se encontra por vender, 30.000 M2.

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas dos exercícios findos em 31 Dez 2020 e 31 Dez 2019 é detalhada conforme se segue:

Custo das Merc. Vendidas	2020	2019	%
Existência Inicial	3 641 550 €	4 291 826 €	-18%
Transferências			0%
Regularizações			0%
Existência Final	2 210 941 €	3 641 550 €	-65%
Valor Final	1 430 609 €	650 277 €	55%

O montante de 650.277€ e de 1.430.609€, representam o custo global dos lotes que foram objecto de venda nos exercícios de 2019 e 2020, respetivamente.

9. Ativos

Os activos são registados pelo custo de aquisição. São amortizados pelo método das quotas constantes à taxa máxima, conforme a portaria 92-A/2011.

9.1. Ativos Tangíveis

Nesta rúbrica estão registadas as aquisições de equipamento informático e os custos inerentes à construção do CAPERM – Centro de Acolhimento da PERM, o qual apesar de já estar concluído, permanece registado em Investimentos em Curso, dado não ter sido ainda atribuída licença de utilização. É de referir que o imóvel não se encontra a ser utilizado e necessidade de obras para a sua utilização.

Não existem perdas por imparidade a registar.

Ativos Fixos Tangíveis	Terrenos	Eq. Admin.	Outros Ativos	Em Curso	Total
Saldo Inicial	415 884 €	1 525 €	981 €	890 782 €	1 309 172 €
Aquisições				0 €	0 €
Diminuições					
Saldo Final	415 884 €	1 525 €	981 €	890 782 €	1 309 172 €
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade					
Saldo Inicial		1 525 €	981 €		2 506 €
Regularizações		0 €	0 €		
Depreciações do exercício			0 €		0 €
Saldo Final		1 525 €	981 €		2 506 €
Ativo Líquido	415 884 €			890 782 €	1 306 666 €

O montante de 890.782€ corresponde ao custo de construção do edifício do CAPERM à data de 31 Dez 2020. O montante de 415.884 € corresponde ao custo do terreno onde foi construído o CAPERM.

9.2. Ativos Intangíveis

Nesta rúbrica estão registadas as aquisições do Software de Contabilidade e de Gestão Comercial.

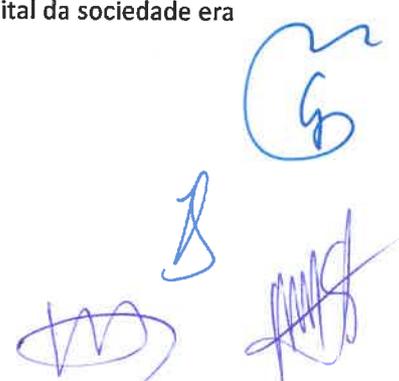
Não existem perdas por imparidade a registar.

Ativos Intangíveis	Softwares	Total
Saldo Inicial	1 993 €	1 993 €
Saldo Final	1 993 €	1 993 €
Depreciações acumuladas e perdas por imparidade		
Saldo Inicial	1 993 €	1 993 €
Saldo Final	1 993 €	1 993 €
Ativo líquido		

10. Capital

10.1. Capital

O Capital, integralmente realizado, é constituído por 50.000 ações sendo que cada ação tem o valor nominal de 1,00€. A 31 de Dezembro de 2020, a constituição do Capital da sociedade era a seguinte:



Composição do Capital	Categoria	Valor Total	P.U.
A. M. T. S. M.	Categoria A	25 500 €	1 €
A. B. B., S.A.	Ordinárias	23 275 €	1 €
A. B. B. II, S.A.	Ordinárias	1 225 €	1 €
Total		50 000 €	

O capital está totalmente realizado e ascende ao montante de 50.000 euros, tal como consta nos estatutos de constituição.

10.2. Reservas

Face aos resultados positivos gerados em 2019, foram geradas reservas no valor de 5.377€.

Reservas	2020	2019	%
Saldo Inicial	118 268 €	117 445 €	1%
Aumentos	5 377 €	823 €	85%
Diminuições			0%
Saldo Final	123 645 €	118 268 €	4%

10.3. Ajustamentos/Outras Variações no Capital Próprio

Nesta rubrica encontram-se registados os montantes comparticipados pelo QREN, no âmbito da candidatura On.2. Os subsídios recebidos visaram a comparticipação na construção do parque empresarial e na construção do edifício CAPERM.

Outras Variações Capital	2020	2019	%
Saldo Inicial	2 549 254 €	2 890 643 €	-13%
Aumentos			0%
Diminuições	751 055 €	341 389 €	55%
Saldo Final	1 798 200 €	2 549 254 €	-42%

O montante de 751.055€ corresponde à comparticipação do ON.2 no custo de construção dos lotes vendidos no exercício. Com o registo da venda dos lotes, procedeu-se à respetiva imputação a rendimentos, do subsídio respetivo. Assim, este valor encontra-se registado na rubrica Outros Rendimentos.

O valor de 1.798.200 € representa a parte do subsídio que irá ser imputada a resultados no momento da venda dos lotes que se encontram à data registados em Inventários, e, no momento das depreciações do edifício CAPERM.

Repartição do Subsídio	2020	2019	%
CAPERM	637 479 €	637 479 €	0%
Lotes	1 160 721 €	1 911 776 €	-65%
Saldo Final	1 798 200 €	2 549 254 €	-42%

11. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019, esta rubrica é composta pelos seguintes montantes:

Fornecimentos e Serviços	2020	2019	%
Subcontratos	- €	- €	0%
Trabalhos Especializados	- €	2 579 €	-100%
Publicidade	- €	228 €	-100%
Vigilância e Segurança	47 736 €	24 089 €	50%
Honorários	18 475 €	18 499 €	0%
Conservação e Reparação	172 €	- €	100%
Serviços Bancários	257 €	- €	100%
Ferramentas e Utensílios	- €	23 €	-100%
Material de Escritório	288 €	425 €	-48%
Electricidade	1 160 €	831 €	28%
Água	615 €	511 €	17%
Deslocações e Estadas	- €	2 €	-100%
Comunicação	777 €	593 €	24%
Contencioso e Notariado	546 €	4 478 €	-720%
Despesas Representação	- €	- €	0%
Limpeza e Higiene	- €	5 €	-100%
Saldo Final	70 027 €	52 263 €	25%

Das rubricas com valor mais significativo, destacam-se:

- Vigilância e Segurança – Nesta rubrica foram registados os custos inerentes ao contrato de prestação de serviços de vigilância e segurança às áreas comuns do PERM.
- Honorários - Esta conta inclui os serviços de contabilidade e auditoria/revisão de contas.
- Contencioso e notariado – Todos os custos associados à realização de escrituras, registos bem como os custos associados aos processos judiciais relacionados com os terrenos e custos de loteamento, são relevados nesta rubrica.

12. Outros Gastos / Rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2020, estas rubricas são compostas pelos seguintes montantes:

Outros Gastos	2020	2019	%
Impostos Diretos	2 690 €	1 035 €	62%
Taxas	235 €	448 €	-91%
Outros Gastos	- €	240 €	#DIV/0!
Saldo Final	2 925 €	1 723 €	41%

Outros Rendimentos	2020	2019	%
Imputação Subsídio	751 055 €	341 389 €	55%
Saldo Final	751 055 €	341 389 €	55%

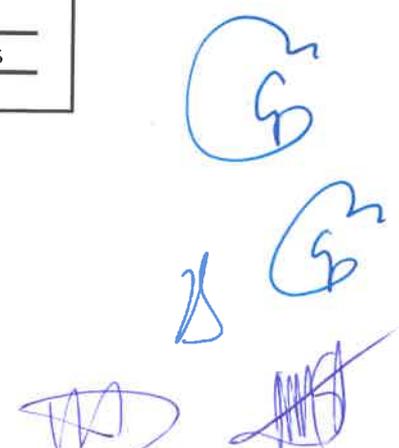
A imputação do subsídio tem como base a área dos lotes já vendidos.

13. Vendas / Prestações de Serviços

Vendas:

Esta rubrica evidencia a receita obtida com a realização de escrituras.

Vendas	2020	2019	%
Lotes	858 000 €	390 000 €	55%
Saldo Final	858 000 €	390 000 €	55%



Prestações de Serviços:

Esta rubrica evidencia a receita obtida com a gestão de áreas comuns do PERM, a qual teve início em julho de 2019.

Este serviço tem como tarifa base 50,00€/1.000m2 acrescidos de Iva.

Pr. Serviços	2020	2019	%
Áreas comuns	111 600 €	51 300 €	54%
Saldo Final	111 600 €	51 300 €	54%

14. Partes Relacionadas

No exercício de 2020 verificaram-se os seguintes saldos e transações com a sociedade Alexandre Barbosa Borges, S.A., detentora de 47% da sociedade:

Rúbricas	Transações	Saldos
Financiamentos Obtidos		1 608 871 €
Outras dívidas a Pagar		892 847 €
Juros e gastos similares suportados	78 462 €	
Saldo Final	78 462 €	2 501 718 €

16. Eventos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2020.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

17. Informações exigidas por diplomas legais

O Conselho de Administração informa que a Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80 de 7 de novembro.

Cumprindo o estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de outubro, o Conselho de Administração informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

18. Considerações Finais

O contexto de pandemia vivido a nível mundial teve impactos generalizados no tecido empresarial. Contudo, ao longo de 2020, a PERM manteve a sua atividade de promoção de venda dos lotes e não foram sentidos impactos significativos pela pandemia.

Estamos convictos que o desenvolvimento das nossas atividades e o cumprimento dos compromissos assumidos com as entidades com as quais a PERM se relaciona não estarão em causa.

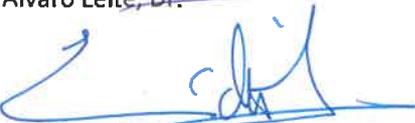
S. João da Madeira, 20 de maio de 2021,

O Contabilista Certificado

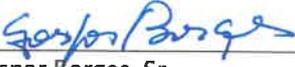


Álvaro Leite, Dr.

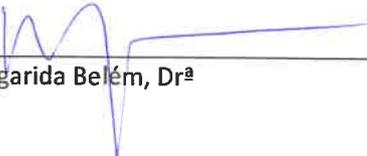
O Conselho de Administração



Emídio Sousa, Dr.



Gaspar Borges, Sr.



Margarida Belém, Drª